

MATERNIDADE JUVENIL: SIGNIFICADO VAZIO DE UM FUTURO MELHOR

Denise Raquel Rohr
deniseraquelrohr@yahoo.com.br
Maria Simone Vione Schwengber

RESUMO

A partir do século XX, discursos da área médica à psicológica classificam a gravidez adolescente como um problema. Uma pesquisa desenvolvida pela UNESCO (2004) aponta que a cada hora, três meninas entre 10 e 14 anos se tornam mães e, se elevar essa faixa etária até os 19 anos, chega-se ao índice de uma mãe jovem por minuto. Dessa forma, nosso objetivo foi analisar a ocorrência da gravidez em adolescentes e jovens ijuíenses, além de identificar como e de que modo as meninas lidam com as condições corporais, e, sobretudo, quais os impactos da gravidez em suas trajetórias escolares e afetivas. Mapeamos 46 jovens grávidas no período de 2006 e 2007, e optamos por fazer um recorte, apresentando neste artigo a biografia de duas meninas estudadas. Das análises, mostramos alguns resultados: o corpo e a sexualidade na adolescência tornam-se um dos modos de afirmação e de entrada no universo adulto; as jovens param de estudar em função da gravidez, mas, sonham em retornar à escola “para dar um futuro melhor para o filho”, um significado vazio de um futuro, pois poucas delas retomam os estudos.

Palavras-Chave: Gravidez; Maternidade; Juventude; Escolarização; Gênero.

CONTEXTUALIZANDO O TEMA DA PESQUISA

Neste artigo, analisamos a ocorrência da gravidez em adolescentes e jovens do município de Ijuí RS, localizadas a partir do CAAMI . Além disso, buscamos identificar também, como e de que modo as meninas lidam com as condições corporais, adolescentes e grávidas e, sobretudo, quais os impactos da maternidade em suas trajetórias escolares e afetivas.

Apesar da relevância do tema, ainda são poucos os estudos que tratam sobre a maternidade juvenil, abordando a temática do corpo e a experiência da gravidez entre adolescentes e jovens, no Brasil. Scavone (2004, p. 20) destaca que “a temática da maternidade [da gravidez] é de uma atualidade sem fim”. Nessa perspectiva, Meyer (2006) destaca que na contemporaneidade, há um campo específico da história da maternidade e da gravidez ainda a ser explorado, sejam elas desejadas/recusadas, realizadas/interrompidas, sobretudo, no Brasil.

Uma pesquisa da UNESCO (2004) mostra que a cada hora, três meninas entre 10 e 14 anos se tornam mães e, se elevar essa faixa etária até os 19 anos, chega-se ao índice de uma mãe jovem por minuto. No Brasil, têm-se em média, um milhão de mães adolescentes ao ano. Felipe (2008, p. 4) aponta que “de 1991 a 2000 houve um aumento de 25% na fecundidade de jovens entre 15 e 19 anos e, a gravidez precoce é uma das principais razões da evasão escolar, chegando a 25%”.

É importante destacar que a gravidez na adolescência não se constitui como um acontecimento recente na Sociedade Ocidental. Nos séculos XVIII, XIX e início do século XX, em algumas culturas, as meninas-mulheres casavam-se entre 13 e 14 anos, geralmente após a menarca, e eram educadas para serem esposas, mães e cuidar da casa. Sua função era a de reproduzir e cuidar dos filhos, sendo a gravidez nessa idade considerada como um processo normal, visto que nesse contexto a expectativa de vida era baixa (SILVA et al., 2003).

No final do século XIX e início do século XX, como afirmam Silva et al. (2003), a maternidade na juventude era considerada normal, pois casamentos aconteciam quando a menina ainda era muito jovem, geralmente após a menarca e, tão logo casavam já se viam grávidas. Até mesmo nossas avós, se formos perguntar, casaram-se muito novas, por volta dos 14, 15 ou 16 anos e logo engravidaram, para garantir a continuidade da família. E sua função era quase que de se dedicar exclusivamente aos cuidados domésticos, aos filhos e ao marido.

Sacomori et al. (2008, p. 1), apontam que a partir do século XVIII, “a maternidade passou a ser mais ritualizada e cercada de cuidados e obrigações”. Não bastaria à mulher apenas gestar a prole, mas também, dedicar-se exclusivamente à prole, sofrer, culpar-se, doar-se, (...) entre outros”. Conforme Andrade (2008, p. 3), há 40 ou 50 anos atrás, “ser casada e ter um lar com filhos atribuía às mulheres certo status, atrelado à maternidade, tida como naturalmente feminina”. Por essas e outras razões, que as mulheres casadas não se inseriam no mercado de trabalho remunerado e, dedicavam-se exclusivamente ao lar, aos filhos e ao marido.

A partir da década de 70, outros papéis sociais foram incorporados no universo feminino, devido principalmente ao ingresso das mulheres no mercado de trabalho remunerado e, hoje “não se pensa mais no papel de mãe como o único disponível para a mulher” (PEDREIRA, 2008, p. 2). De acordo com Sacomori et al. (2008, p. 1), “a partir da década de 90, a maternidade passa a se configurar como uma opção que pode ser adiada, e até mesmo

descartada”, pois as jovens (de classe média e alta) têm outros projetos para suas vidas, como a continuação dos estudos, a profissionalização e a sua inserção no mercado de trabalho.

Hoje a gravidez na adolescência continua a acontecer, porém o que a diferencia é que nas últimas décadas, ela é vista como um problema social. Perguntamos: Porque a gravidez adolescente hoje é encarada como sendo um problema? Brandão (2006) justifica que mudaram-se os tempos e alteraram-se os padrões de fecundidade da população feminina, “sobretudo porque ocorreu redefinições na posição social da mulher [inclusive das meninas] e, gerou-se novas expectativas para as jovens no tocante à escolarização e à profissionalização” (BRANDÃO, 2006, p. 79).

Dessa forma, a gravidez adolescente passa a ser vista como um problema pelos diferentes discursos e em distintos contextos históricos, a partir do século XX. Argumentos que vão desde o discurso médico ao psicológico, mostrando as implicações dessa opção, adolescente e grávida, bem como, alertas para as implicações de uma gravidez precoce, tanto na área da saúde quanto nos aspectos sociais. Nos anos 60, predominava o discurso da medicina, no qual se apontava os riscos da gravidez adolescente, tanto para a saúde da jovem quanto do bebê, em virtude de o corpo da jovem-mãe não estar suficientemente preparado para gerar um feto. Na década de 70, o discurso da psicologia enfatizava a imaturidade da gestante adolescente para cuidar do seu filho, para estabelecer vínculos com o mesmo. Já nos anos 80 e 90, o alerta era das ciências sociais, que apontavam os riscos sociais da gravidez na adolescência, como por exemplo, abandono escolar, além da precária inserção no mercado, acarretando a reprodução do estilo de vida pobre de suas famílias de origem (OLIVEIRA, 2007, apud SALVA, 2008).

Rosistolato (2007), mostra em seus estudos que a gravidez na adolescência é um fenômeno social que começou a preocupar os pesquisadores apenas a partir dos anos 90, “pois os índices de gravidez de 1993 a 1999, aumentaram em 64% em meninas de 10 a 14 anos, 23% em adolescentes de 15 a 19 anos, e somente em 6,9% em mulheres de 30 a 39 anos”. De acordo com Silva et al. (2003, p. 6), a maternidade na adolescência hoje é vista como um problema, pois “tornou-se incompatível com as novas demandas sociais: adolescentes devem estudar e se profissionalizar para ter um futuro de sucesso”.

Brandão (2006) observa que, entre os grupos sociais mais favorecidos, há certo prolongamento da juventude, bem como o aumento do tempo de estudo, a aquisição tardia de autonomia econômica/material e até mesmo níveis menores de gravidez na adolescência. Já nas

classes populares, como destaca Heilborn (2003), a juventude tende a ser mais breve, com interrupções precoces nos estudos pela inserção (ainda que precária) no mercado de trabalho, pelas precárias condições materiais e, muitas vezes, por acontecimentos como a gravidez.

Assim, buscamos compreender como as jovens que engravidam passam por essa dupla experiência, adolescentes e grávidas, uma vez que além da subtração de determinadas circunstância do adolescer depara-se com as profundas transformações peculiares à gravidez, nos questionando: quais os impactos da gravidez e maternidade em suas trajetórias de vida, escolares e afetivas?

A partir dessa teorização, apresentamos aqui o movimento de análises a partir de fragmentos de duas histórias biográficas.

METODOLOGIA: O UNIVERSO INVESTIGADO

Esta pesquisa caracterizou-se como estudo de campo, que conforme Gil (2002) o estudo de campo realiza-se através de observações diretas no campo de estudo, além de entrevistas com o grupo estudado.

O CAAMI

O CAAMI presta atendimento nas seguintes áreas: medicina (clínica de adolescentes, ginecologia e obstetrícia e urologia), psicologia, nutrição, enfermagem, pedagogia. Os atendimentos /consultas podem ser marcadas pelos próprios adolescentes, pelos seus pais ou pelas escolas diretamente no ambulatório ou por telefone, durante o horário normal de atendimento. Entre as ações interdisciplinares do CAAMI estão o Projeto Encontro e o Programa Jovens em Ação, incluindo temas como limites, auto-estima, sexualidade, adolescência, nutrição, entre outros.

O mapeamento inicial das adolescentes foi desenvolvido no período de março a maio de 2008. A partir daí, os dados coletados das Fichas de Gestante do CAAMI, foram separados por ano (2005, 2006 e 2007) e colocados em uma tabela para melhor visualização de todo o quadro de adolescentes, com seus principais dados.

NOSSA CHEGADA ÀS COMUNIDADES OU BAIRROS DE IJUÍ

Nossa entrada e/ou chegada, geralmente, causava curiosidade e perguntas entre os moradores. Geralmente a primeira informação que tomávamos para nos localizar no bairro era no “bolicho” principal. Mas, antes de os proprietários e/ou clientes nos darem a informação de onde mora a fulana de tal, de um modo muito sensível, nos faziam no mínimo três perguntas: “Vocês são quem? O que estão fazendo? Por quê?” Procuravam averiguar e descartar se não éramos da polícia, cobrador e/ou oficial de justiça com alguma intimação judicial. Quando verificavam que não éramos nenhuma dessas possibilidades e jogávamos, nesse ínterim, um “ouço de conversa” eles geralmente diziam: “Ah!!! Vocês são as agentes comunitárias novas!”

Tomamos aqui o conceito de comunidade para designar moradores de bairro, ora participantes desta pesquisa. Cabe lembrar que na reflexão dos autores clássicos, como Geertz (2000), comunidade caracteriza-se pela presença de relações face-a-face, laços afetivos e controle social; enquanto bairro apresenta, geralmente, relações secundárias, anonimato.

Queremos registrar a hospitalidade (o carinho) e disponibilidade em nos ajudarem nas comunidades/bairros, demonstrados depois de descartadas tais “suspeitas”. É impressionante o apoio (informações) que recebemos para ajudar a localizar as meninas para a realização das entrevistas. Gostaríamos de registrar também o quanto fomos muito bem recebidas pelas jovens e suas famílias; depois, é claro, de esclarecidos todos os objetivos desta pesquisa. Elas formavam uma rede para ser acessada, uma “sabe da vida da outra”, nos repassando informações de localização de outras meninas. Numa dessas visitas, em meia hora (30 minutos), localizamos em um quarteirão 4 meninas, todas conhecidas e ex-colegas de aula, que estavam grávidas ou com o filho nos braços.

QUEM SÃO AS JOVENS-MÃES ESTUDADAS?

Mapeamos 46 adolescentes residentes nos bairros da periferia de Ijuí RS, sendo que 18 delas estiveram grávidas em 2006 e 28 em 2007. Optamos por fazer um recorte das entrevistas realizadas com dez adolescentes, das quais, nove já possuem filhos da adolescência, uma está grávida do primeiro filho e duas estão grávidas do segundo filho.

A idade das meninas varia entre 15 e 19 anos, sendo que a maioria centra-se nos 16 anos. Duas continuam a estudar após a gestação, e as demais pararam entre a 4.^a e 8.^a série do Ensino Fundamental “por causa da gravidez” afirmam elas. Referente à profissão, a maioria delas declara-se como donas de casa e apenas uma como tendo uma profissão remunerada.

Quanto à renda pessoal, duas possuem renda e oito não possuem nenhuma renda. Considerando união estável como casamento, a metade das entrevistadas declara-se “casada ou ajuntada” e a outra metade é solteira. A maioria delas diz ter um parceiro estável (o pai de seus filhos) e três não possuem parceiro fixo. Quanto ao tempo de relacionamento das jovens com seus parceiros, varia de alguns meses à quatro anos. A idade do parceiro varia de 19 à 34 anos, e uma delas não sabe a idade do pai do filho. A vida das meninas pesquisadas e das suas famílias é marcada pela gravidade da violência e pela pobreza impostas, pois tem que sobreviver mensalmente com uma renda, com menos de um salário mínimo (complementado pelo trabalho de biscate e pelo Programa Bolsa Família do Governo Federal).

ANÁLISE DOS DADOS

TRAJETÓRIAS BIOGRÁFICAS DAS JOVENS-MÃES

ANA PAULA

Ana Paula, 16 anos e um filho de seis meses, fruto de sua primeira e única relação sexual com um parceiro, que ela e a sua família só sabem o nome. Depois de um encontro em que engravidou, ela nunca mais viu o pai do bebê. Diz “foi só uma vez que transei, o conheci lá na igreja do centro (...) lá na igreja combinamos que na próxima semana eu não iria à igreja, ficaria sozinha em casa e aí veio até aqui. E assim fiquei em casa esperando por ele (...) e aconteceu”. Desse encontro nasceu o bebê que a jovem carrega nos braços e que a fez parar de estudar na 6.ª série do Ensino Fundamental.

Sem saber quase nada sobre o pai de seu filho, ela só sabe o nome, pois nem o sobrenome gravou (...). Hoje, mais experiente, Ana desconfia dizendo “nem sei se é esse mesmo o nome dele, pois nunca mais o vi e ele não apareceu mais na igreja”. Dessa forma, Ana conta com a ajuda de seus pais para criar o bebê. A jovem conta que sua mãe conversava com ela sobre métodos anticoncepcionais mas, ao mesmo tempo “ela não queria que eu tomasse”.

A gravidez, diz Ana, “me deu uma nova vida, me fez pensar mais, muitas coisas mudaram, aprendi a cuidar do bebê, ter amor por outra pessoa, no caso pelo meu filho. Eu queria um dia ser mãe, talvez não tenha pensado com essa idade”. Ana diz que a gravidez trouxe mudanças “na vida e no corpo (...) mudanças que não foram as melhores, como ter mais responsabilidades, e as mudanças no meu corpo, pois depois da gravidez engordei muito”. A jovem se emociona e chora, ao final da entrevista, quando pensa alto na sua perspectiva de vida, desabafando, com lágrimas nos olhos: “que emprego vou arrumar se eu não voltar a estudar...e como vou dar as coisas para o meu filho?” Ainda fala, tocando no corpo “olha a

AS JOVENS E A ABERTURA À EXPERIMENTAÇÃO DO SEXO E POR CONSEQUÊNCIA A GRAVIDEZ

Os fragmentos biográficos de Ana nos ajudam a compreender os sentidos e os significados dados pela jovem para a sua vida com o acontecimento da gravidez. Ingênuas, engravidadas na primeira relação sexual com um cara que nunca mais viu e que, por mais curioso que possa parecer, conheceu-o na igreja. Acreditando que fosse de “boa índole” por freqüentar a igreja, Ana Paula se entregou ao primeiro homem que a seduziu e a quis como mulher, mas, nessa relação sexual, não fazendo o uso de nenhum método contraceptivo ela engravidou. Essa ingenuidade pode mostrar como ela vivia no mundo da fantasia, no pensamento mágico de que

RAQUEL

Oriunda de uma família muito pobre com dez filhos parece que Raquel, que seguiu a “sina” da mãe, é mais uma menina que engravidou aos quinze anos e deixou de freqüentar a escola, “eu era a maior da turma, eu estava muito grande para estudar na 4.ª série”. Ao engravidar, ela saiu de casa e foi morar com o companheiro, quase dez anos mais velho, que trabalha como biscate e não tem uma renda fixa para garantir o sustento da família. A jovem afirma: “eu engravidei porque queria ter esse nenê, daí graças a Deus, Deus me deu, e eu queria sair lá da casa da minha mãe. O André (seu companheiro) também queria, não é que não me cuidei, é porque nós dois queríamos. Eu senti vontade de ter uma criança que fosse minha, pra dar carinho e atenção”.

Hoje, com sete meses de gestação, Raquel diz: “essa gravidez significou muita coisa, mudou muita coisa na minha vida, agora vou ter que tirar o tempo pro nenê, pra mim, aprender a ser mãe, vou ter que cuidar dele, da casa e de mim, não vou poder estar pra lá e pra cá. Antes eu tinha todo o tempo do mundo, agora não, e eu estou gostando muito de ser mãe”. A gravidez foi um marco na vida dela, pois “me igualou a outras mulheres (...) ganhei muita coisa... um anjo de Deus, um bebê, ganhei uma pessoa a mais na minha vida e, parei de fumar, larguei o vício, agora o que interessa pra mim é só a alegria de ter o meu filho”. Isso mostra o quanto a gravidez foi um acontecimento que provocou profundas mudanças na vida e nos hábitos da jovem e também, no âmbito das relações familiares e sociais, pois aponta “vou ser mãe que nem todas as mulheres que foram, ganhei mais atenção, passei a cuidar melhor de mim”.

A perspectiva de vida dessa jovem é que após o nascimento do bebê “vou sair arrumar um serviço pra ajudar meu marido... quero terminar os estudos e arrumar um emprego bom e vou ter que batalhar,

“isso nunca vai acontecer comigo”, como destaca Silva et al. (2003, p. 9).

Essa ingenuidade, associada à aventura, à estrutura psíquica aberta (abertura para o novo), e ainda as situações do namorar, ficar, sair, aproveitar a vida e as experiências sexuais, parecem ser características peculiares dos jovens, como afirmam Gonçalves & Knauth (2006). Para Portinari & Coutinho (2006), a estrutura psíquica aberta dos adolescentes e jovens, na contemporaneidade, ocorre devido a fatores como: as transformações na constituição das famílias, ao esmaecimento dos papéis sexuais e parentais, à suspensão de muitos tabus morais e religiosos. Portinari & Coutinho (2006) apontam ainda que essa estrutura psíquica aberta é um

desdobramento da figura mítica do adolescente e do jovem, e que por meio das interações com outras identidades, os adolescentes e jovens renovam as suas, e a estrutura psíquica abre-se para o novo. Talvez então, essa abertura tenha levado a jovem Ana, agir sem pensar nas conseqüências de uma relação sexual sem o uso de contraceptivos. Ana Paula demonstra que as informações que possuía sobre o uso de métodos anticoncepcionais, não eram suficientemente seguras para lhe dar a coragem, a segurança e nem mesmo conseguiu exigir que o parceiro usasse o preservativo na hora da relação sexual.

O corpo e a sexualidade na adolescência tornam-se um dos modos de afirmação e de entrada no universo adulto. A iniciação sexual caracteriza-se como um rito de passagem importante da adolescência para a fase adulta. Para Miguel (2005, p. 44) “os adolescentes e jovens do sexo masculino encaram a entrada na vida sexual como um momento de iniciação pessoal, um ritual de passagem [para a vida adulta], que demarca a constituição da virilidade”. Enquanto que para as adolescentes e jovens, “a iniciação sexual está relacionada ao estabelecimento de um vínculo afetivo. Um importante momento de iniciação de um relacionamento amoroso mais sério” (MIGUEL, 2005, p. 44). Talvez nas experiências e no pensamento amoroso (e romântico) de Ana Paula, a entrega do corpo ao parceiro seria como afirmou, o início de uma relação afetiva séria, de um namoro com perspectivas que poderiam se consolidar até com um casamento, como talvez Ana e sua família sonharam.

Para Marques (2007, p. 15) “a primeira relação sexual é uma etapa simbólica que marca os primeiros passos na sexualidade adulta (...) É um fenômeno inscrito num contexto geracional, social e fisiológico, condicionado pela pertença de gênero, pertencas sociais e históricas”. Nesse sentido, a gravidez da jovem Ana, resultado de sua primeira relação sexual, está imersa em contextos e significados sociais, que adquirem sentidos conforme o ambiente onde a jovem está inserida.

O não uso de métodos anticoncepcionais, no caso da jovem Ana Paula, aponta um discurso educativo de ambigüidade: a mãe, ao mesmo tempo em que esclarecia o assunto para a jovem não recomenda usá-los. Isso nos permite pensar os diferentes fatores educativos ambíguos como “comportamentos socialmente difundidos” (SILVA et al., 2003, p. 12) associados aqui aos princípios da religião e da família. Certamente a mãe acreditava que a filha não teria experiências sexuais na adolescência, e a igreja que Ana Paula e sua família freqüentam, recomenda que as meninas não utilizem métodos anticoncepcionais. Gonçalves &

Knauth (2006, p. 639) apontam que valores e princípios religiosos muitas vezes se contrapõem aos do mundo atual.

A gravidez de Ana mostra a sexualidade publicada socialmente na concretude da sua barriga, talvez esse seja o motivo do espanto da família. Conforme a idéia de Silva et al., (2003, p. 10) “a falta de prevenção, responsável por grande parte das gravidezes em adolescentes e jovens, sempre esteve muito interligada à desinformação e desconhecimento sobre os métodos anticoncepcionais, aliados em muitas das vezes à dificuldade de acesso aos mesmos”. Os autores apontam ainda que “o não uso de métodos anticoncepcionais está relacionado aos papéis de gênero, no qual o uso de preservativo é função do homem e o uso de outros métodos é responsabilidade da mulher” (SILVA et al., 2003, p. 12), e a opção pelo uso ou não de métodos anticoncepcionais é uma opção do adulto, da vida adulta. Para as jovens pesquisadas, o uso ou não de métodos contraceptivos está diretamente ligado ao acesso à eles, pois algum tipo de informação todas possuíam, mas condições para adquiri-los e permissão parental para usá-los, nem todas.

Nesse sentido, Miguel (2005, p. 43) afirma que,

no Brasil, espera-se que a sexualidade apareça naturalmente na adolescência e é amplamente aceitável que os jovens sejam sexuados. Mas essa sexualidade é diferenciada por gênero e se estabelece na adolescência e, espera-se que seja uma sexualidade heterossexual e não reprodutiva.

As jovens e suas famílias têm perdas e ganhos com a gravidez. Como se observa, os ganhos aparecem na história de Raquel, como ela afirma: “ganhei uma pessoa a mais na minha vida, ganhei mais atenção, e a partir da gravidez passei a cuidar melhor de mim, do meu corpo”. Dessa forma, Raquel passa a fazer parte de um outro mundo, o dos adultos, e passa a ocupar um espaço social que antes não era seu: o de mulher e mãe. Parece que com a gravidez, Raquel e Ana têm certa pressa em ingressar no universo dos adultos, em virtude de que no contexto social pobre em que estão inseridas, não veem outras formas de reconhecimento e de serem vistas como adultas, a não ser pela barriga.

Para Gonçalves & Knauth (2006, p. 634), “a gravidez seria uma das formas de ingresso feminino no mundo adulto, de maior liberdade, de ruptura com a própria adolescência, dependente e controlada socialmente”. A maternidade das meninas pobres talvez seja reconhecida aqui como um ritual de passagem da adolescência para a vida adulta, não apenas pela capacidade de gestar e parir, mas principalmente pelas responsabilidades assumidas e

“pelas implicações geradas por esse acontecimento na vida das jovens” (GONÇALVES & KNAUTH, 2006, p. 634).

Cabe aqui lembrar também, o discurso de Sueli Salva (2008, p. 2) “a maternidade parece transformar-se numa possibilidade de a jovem tornar-se visível, de ser reconhecida”. Com esse filho, as jovens pesquisadas passaram a ocupar um lugar de mulher-mãe-adulta dentro do núcleo familiar, ainda com os pais ou na nova família que constituem. Essa condição passou a demandar maiores responsabilidades para as jovens-mães, pois agora são também responsáveis pelo filho que geraram e pariram. Gestação essa que Ana Paula enfrentou sem o auxílio e conhecimento do parceiro. Para Citeli et. al, (1998, p. 57) “a presença masculina é restrita, e usualmente recai sobre as mulheres a maior parcela da responsabilidade sobre os processos e atividades ligadas à reprodução”. As autoras acrescentam ainda que

o fato de parte do processo de gravidez ocorrer no corpo das mulheres – concepção, gravidez, gestação, parto e amamentação – tem servido de base para um conjunto de idéias e de práticas sociais que vê nas mulheres as depositárias e agentes da reprodução em praticamente todas as culturas conhecidas (CITELI et al., 1998, p. 57).

Então, no caso da jovem Ana Paula, as responsabilidades pela criação e sustento do filho, recaíram sobre ela e sobre sua família. Assim, os pais da jovem é que assumem as despesas, auxiliam na educação e nos cuidados para com o bebê. Monteiro (1999) chama-nos a atenção do quanto a passagem para a vida adulta em jovens e adolescentes, como essas que engravidaram, não é tão nítida, principalmente pelo fato de que o filho é cuidado pela família, e acaba por se tornar muitas vezes quase seu “meio-irmão”. Nesse sentido, jovens como Ana Paula, por exemplo, mesmo cuidando do seu filho, continuam dependentes dos pais, para se sustentar e sustentar o filho, o que demanda muito mais responsabilidades e despesas para os pais do que para as jovens.

A MATERNIDADE JUVENIL E O ABANDONO DA ESCOLA

Com o acontecimento da gravidez na sua trajetória, as jovens destacam perdas nas suas vidas, entre elas, a escola. Salva (2008, p. 3) aponta a inviabilidade das jovens para continuarem estudando, não só em virtude da gravidez, mas das condições sócio-econômicas precárias. Perguntamos: Se as jovens retornarem para a escola quem vai tomar conta de seu

filho nesse período? A mãe da jovem? A creche (que nem existe perto de suas casas)? Nesse sentido, Salva (2008) aponta ainda que a família das jovens considere os estudos importantes, mas não conseguem fazer com que a jovem retorne à escola e dê continuidade aos mesmos, para que mais tarde possa ingressar no mundo do trabalho e como todas elas sonham, “um bom trabalho para dar as coisas para o meu filho”.

Além desses fatores, há também o fator corporal, como afirma Raquel em seu depoimento; eu era a maior da turma, eu estava muito grande para estudar na 4.^a série”. Em outros termos, o corpo de Raquel não servia mais naquela turma, naquela escola. Raquel sentia-se incapaz de estar inserida naquele espaço escolar. Seu corpo não servia mais para estudar, mas era próprio para gerar um filho, próprio para a maternidade (SCHWENGBER, 2008). Essas jovens, quando abandonam a escola ou a escola as abandona?, questiona Schwengber (2008), são praticamente semi-analfabetas, pois talvez a escola não investiu e insistiu o suficiente em sua escolarização e, ainda, por não recebem esses incentivos, hoje a maioria delas sabem escrever o nome e quase mais nada.

Gonçalves & Knauth (2006, p. 66) enfatizam que a “gravidez na adolescência/juventude pode levar a interrupção temporária (ou não) dos estudos e à reprodução de papéis tradicionais de mãe-mulher”, condicionadas ao trabalho, à vida e ao lazer doméstico. Condições essas observadas nas trajetórias de vidas das jovens pesquisadas. Nenhuma delas trabalha em algum outro lugar que não seja o ambiente doméstico. Nenhuma delas aponta uma atividade de lazer que não esteja vinculada com o filho, o companheiro, as visitas aos vizinhos, atividades estritamente ligadas ao ambiente doméstico.

Para Andrade (2008, p. 6) “a maternidade nos dias atuais é um dos principais elementos que favorecem os movimentos de saída da escola e dos movimentos de retorno à ela”, principalmente para as jovens, pois segundo a autora e como elas afirmam em seus depoimentos, ao engravidarem elas abandonam a escola “por causa da gravidez”. Depois da gestação, todas sonham em retornar à escola, para buscar uma qualificação e ingressar no mercado de trabalho, para segundo elas, “dar para o meu filho tudo o que eu puder e um futuro melhor”. Porém, esse esforço para retornar à escola, no caso das jovens estudadas, não é muito nítido, pois todas sonham em “terminar os estudos”, mas nenhuma delas reingressou na escola após o nascimento do filho. Talvez por isso, o título desse artigo seja o significado vazio de um futuro melhor.

Quanto às informações sobre a vida sexual e o desenvolvimento do adolescente, qual é o papel da escola? Quintana (2004, apud GULO, 2008, p. 5), aponta que a escola é “o lugar ideal para se discutir sobre a superexposição do corpo e da sexualidade humana, da erotização precoce de nossas crianças, das relações de gênero e de debater sobre essa pulsante realidade pelas quais passam nossos adolescentes e jovens”. Dessa forma, Raquel e Ana Paula, que abandonaram a escola em função da gravidez, vão encontrar essas respostas onde? Terão elas as informações necessárias, o acesso a essas informações para a prevenção de uma próxima gravidez?

Catharino & Giffin (2002), propõe que a gravidez seja olhada também como uma alternativa das jovens de camadas populares, frente à uma escolarização que não atende às suas reais necessidades. Para as autoras, as meninas questionam-se sobre “a utilidade do saber escolar, face à realidade por elas vivida” (CATHARINO & GIFFIN, 2002, p. 15), fazendo com que a escola seja substituída por empregos, por vezes transitórios. A escolarização é a maneira de preparar-se para o mercado de trabalho e a partir dele talvez, ter um reconhecimento social. Nesse sentido, Catharino & Giffin (2002, p. 15) questionam: “a ocorrência da gravidez na vida dessas jovens não estaria se impondo como uma forma de achar um lugar social, já que a escolarização não tem mais sentido em suas vidas?”.

Para Novaes (2006, p. 107), “a escola é vista como um bom lugar para se fazer amigos e integrante da sociabilidade que caracteriza a condição juvenil. Mas, estar prematuramente fora da escola é sempre uma marca de exclusão social”. Então, a baixa escolarização das meninas pesquisadas, passa a ser mais um motivo para elas serem excluídas socialmente, principalmente no mercado de trabalho.

Novaes (2006, p. 107) lembra ainda que os jovens mais pobres também “não se iludem, não embarcam no ‘mito da escolaridade’”. Ou seja, para esses jovens a escola não é vista como uma garantia de emprego. Ela é uma forma de preparar-se para o mercado de trabalho, mas não uma garantia de que os jovens irão conseguir um emprego. Nas palavras de Novaes (2006, p. 108), “são muitos os jovens dessa geração que têm consciência de que a escola é importante como passaporte que permite a viagem para o emprego, mas não o garante”.

Lembramos aqui também, o discurso de Brandão (2006) quando aponta que, a compreensão do universo adolescente e juvenil a partir de uma experiência singular, como a gravidez e a maternidade, permitem melhor identificar o processo de construção social dessas jovens na contemporaneidade. Revelar algumas das dimensões desse percurso de transição ou

desse ritual de passagem entre a infância e a vida adulta, “pode contribuir para fomentar o debate no tocante a muitas outras questões, para além da gravidez, também vinculadas à socialização [e a escolarização dessas jovens-mães]” (BRANDÃO, 2006, p. 91).

Então, apesar de tudo, as jovens pesquisadas acreditam numa melhor perspectiva de vida, acreditam que o amanhã será melhor, terão condições de sustentar o filho “e dar tudo o que ele pedir”, segundo elas. Acreditam que conseguirão voltar a escola, arrumar um bom emprego, ter uma boa casa, ter condições de vida digna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa com essas jovens-mães, a inserção como pesquisadoras no mundo dessas meninas, mostrou-nos uma outra realidade, até então, em partes desconhecida. Uma realidade de muita carência. Quase todas as meninas sonham, mas é difícil ir atrás do sonho, especialmente do projeto de voltar para a escola. Elas abandonam a escola, mas não o projeto de retornar a ela, pois sabem que só é possível uma mudança nas suas vidas e “dar tudo o que o filho pedir” se voltarem a estudar, se profissionalizar e inserir-se no mercado de trabalho.

Consideramos que com o acontecimento da gravidez, as jovens estudadas, de certo modo perdem o tempo de vivência do adolescer, da juventude, o tempo de estudar, o tempo do lazer, o tempo de se preparar para ingressar no mercado de trabalho. Como afirma Brandão (2006, p. 91)

compreender o universo adolescente e juvenil a partir da vivência de uma experiência singular, como a gravidez, por exemplo, permite melhor identificar o processo de construção social das jovens na contemporaneidade. Desvelar algumas dimensões desse percurso de transição entre a infância e a vida adulta pode contribuir para fomentar o debate no tocante a muitas outras questões, para além da gravidez, também vinculadas à socialização juvenil.

Nesse processo, questionamo-nos muito durante a realização desta pesquisa, se não é papel social das autoridades, criar programas sociais e políticas públicas, que dêem uma estrutura para que essas meninas retornem à escola, se profissionalizem, se insiram no mercado de trabalho remunerado, se aproximem e usufruam dos espaços sociais de lazer e tenham maiores, melhores e reais perspectivas de futuro, para si e para seus filhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Sandra dos Santos. Juventude, processos de escolarização e maternidade. In: FAZENDO GÊNERO 8 – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 25-28 ago. 2008, Florianópolis,

SC. **Anais...** Simpósio Temático 58 – Feminismos e maternidade: diálogos (im) pertinentes. Florianópolis, 2008.

BRANDÃO, Elaine Reis. Gravidez na adolescência nas camadas médias: um olhar alternativo. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernanda. (Orgs). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. P. 79-91.

CATHARINO, Tânia Ribeiro; GIFFIN, Karen. Gravidez e Adolescência – investigação de um problema moderno. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Ouro Preto, MG, 2002.

CITELI, Maria Teresa; SOUZA, Cecília de Mello; PORTELLA, Ana Paula. Reveses da Anticoncepção entre Mulheres Pobres. IN: DUARTE, Luiz Fernando Dias (Org.). **Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998, 210p.

FELIPE, Jane. Proposta Pedagógica. In: TV ESCOLA. Salto para o futuro. **Educação para a Igualdade de Gênero**. Ano XVIII, Boletim 26, Nov. 2008.

GONÇALVES, Helen; KNAUTH, Daniela Riva. Aproveitar a vida, juventude e gravidez. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2006, v. 49, n. 2, p. 625-653. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012006000200004&lng=en&nrm=iso Acesso em 21 ago. 2008

HEILBORN, Maria Luíza. Estranha no ninho: geração, tempo e sexualidade. In: VELHO, Gilberto & KUSCHNIR, Karina. (Orgs). **Pesquisa Urbana: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MARQUES, Ana Cristina. A primeira relação sexual: contextos e significados. CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia: Lisboa, Portugal, 2007. CIES e-WORKING PAPER n.º 32.

MEYER, Dagmar. A politização contemporânea da modernidade. **Gênero: núcleo transdisciplinar de estudos de gênero** – NUTEG, Niterói, v. 6, n. 1, 2006.

MIGUEL, Raquel de Barros Pinto. **De “moça prendada” à “menina super-poderosa”**: um estudo sobre as concepções de adolescência, sexualidade e gênero na revista Capricho (1952-2003). Florianópolis: UFSC, 2005. Tese (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernanda. (Orgs). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. P. 105- 120.

PORTINARI, Denise; COUTINHO, Fernanda Ribeiro. A Roupas faz o Homem. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernanda (Orgs.). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. P. 59-76.

ROSISTOLATO, Rodrigo. Fazendo Gênero na Escola. In: GOLDENBERG, Mirian (Org). **O corpo como capital: estudos sobre gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira**. Barueri, SP: Estação das Letras e Cores Editora, 2007.

SALVA, Sueli. Do maternar à maternidade: o que muda na vida de uma jovem nessa trajetória? In: FAZENDO GÊNERO 8 – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 25-28 ago. 2008, Florianópolis, SC. **Anais....** Simpósio Temático 32 - Saúde sexual, reprodução, contracepção e direitos reprodutivos: práticas e representações no contexto atual. Florianópolis, 2008.

SCAVONE, Lucila. **Dar e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione. Gravidez na Adolescência: cuidar ou ser cuidada? IN: XVI SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, XII JORNADA DE PESQUISA, IX JORNADA DE EXTENSÃO. **Anais...** Ijuí: Unijuí, 2008.

SILVA, Altevir Etchegaray; BIFFI, Eliana Faria; GIULIANI, Carla Denari. Problematizando a gravidez na adolescência. 2003. Disponível em <<http://www.redefem.ufrgs.br/anaisviredefem.pdf>> Acesso em 15 ago. 2008.

UNESCO. **Políticas Públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.